



Suape. É preciso resistir

Alexandre Santos

Artigo instando a reação dos pernambucanos à decisão do governo federal de retirar a autonomia do governo do Estado de Pernambuco sobre o porto de Suape.

Em 06 de dezembro de 2012, talvez disposto a reduzir os problemas que entravam a maioria dos portos brasileiros - por onde, diga-se de passagem, escoam 90% das exportações do País -, o governo da presidente Dilma Rousseff baixou a Medida Provisória nº 595/2012, a chamada Medida Provisória dos Portos, que centraliza o sistema portuário brasileiro, concentrando a gestão na Secretaria Especial de Portos da Presidência da República com acompanhamento pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A atitude surpreendeu o povo pernambucano, pois, embora esteja entre os melhores do planeta, o porto de Suape foi equiparado aos piores do Brasil e, igualmente colhido pela tal Medida Provisória. Ou seja, de nada adiantou estar entre os mais eficientes, ser fruto de anos e anos de cuidadoso planejamento e ser financiado em quase sua totalidade por recursos do governo estadual. Sem critérios diferenciadores, ao invés de tomá-lo como padrão a ser copiado, o governo federal tenta, com uma mera canetada, assumir o seu controle, removendo da esfera estadual um setor estratégico que movimenta mais de 50% da economia de Pernambuco.

Esta não foi a primeira vez em que os interesses de Pernambuco foram nivelados por baixo por governos que, se dizendo preocupados com o item 'eficiência', tentaram quebrar a autonomia que tanto prezamos. Já no início da nossa história, em 1548, insatisfeito com o rendimento obtido no Brasil, o Rei de Portugal Dom João III introduziu modificações no sistema de capitanias hereditárias, instituindo um regime centralizado de gestão com a nomeação de Tomé de Souza para a função de governador-geral do Brasil. Pois bem. Pernambuco que, na época - a exemplo do que ocorre hoje com o Porto de Suape - era a capitania mais eficiente do Brasil, se rebelou contra a medida e, ao fim de pequena escaramuça e com o apoio de lideranças de então, manteve a independência.

Agora, abominando a perspectiva de perder o comando sobre esta área estratégica para o crescimento econômico do Estado e consciente de que a necessidade de elevar os padrões operacionais de portos problemáticos não justifica a adoção de instrumentos generalizantes e incapazes de respeitar especificidades e avanços, as principais lideranças empresariais, científicas, culturais e políticas pernambucanas, independentemente de área de atuação, inclinação ideológica e preferência partidária, cerram fileiras na defesa dos seus valores mais preciosos e rechaçam mudanças que, injustamente, querem tratar o eficiente por padrões aplicáveis aos ineficientes. A sociedade pernambucana espera que a presidente da república não se deixe iludir pelo argumento capenga de certos invejosos e mande rever a

tal Medida Provisória, dando tratamento diferente àquilo que é diferente, e, se for necessário, saberá lutar pelos interesses e direitos do Estado.

Talvez, em função da deficiência do ensino de história brasileira, muitos dos governantes do País não conhecem Pernambuco e, muito menos, a origem do termo 'Leão do Norte' pelo qual o Estado passou a ser conhecido depois do 'Dia da Fúria', em 03 de agosto de 1645. O pernambucano é patriota, sabe o significado da renúncia e da solidariedade com os mais fracos, mas, também, sabe a importância da justiça. Os mais antigos sabem que nunca é bom dar motivos para o 'Leão do Norte' voltar a rugir.

(*) Alexandre Santos é presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco